

Quadro Comparativo entre a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2005, o Projeto de Lei do Senado nº 243, de 2009 e a Emenda nº 2 da Comissão de Assuntos Econômicos (Substitutivo)

1

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000	PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 243, DE 2009	EMENDA Nº 2 – CAE (SUBSTITUTIVO)
	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.	Altera os arts. 40 e 64 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de modificar a concessão de garantia por empresa estatal não-dependente e a fomentar a modernização da administração dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
	Art. 1º Esta Lei Complementar altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de modificar a concessão de garantia por empresa estatal e a fomentar a modernização da administração dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	(Vide ementa)
	Art. 2º O art. 40, com o acréscimo do inciso III ao seu § 7º, e o art. 64, com nova redação ao caput e ao seu § 2º e acréscimo do § 3º, da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, passam a vigorar com a seguinte redação:	Art. 1º Os arts. 40 e 64 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passam a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 40. Os entes poderão conceder garantia em operações de crédito internas ou externas, observados o disposto neste artigo, as normas do art. 32 e, no caso da União, também os limites e as condições estabelecidos pelo Senado Federal.	“Art. 40.....	“Art. 40.....

Quadro Comparativo entre a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2005, o Projeto de Lei do Senado nº 243, de 2009 e a Emenda nº 2 da Comissão de Assuntos Econômicos (Substitutivo)

2

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000	PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 243, DE 2009	EMENDA Nº 2 – CAE (SUBSTITUTIVO)
§ 7º O disposto no § 6º não se aplica à concessão de garantia por:	§ 7º	§ 7º O disposto no § 6º não se aplica à concessão de garantia ou contragarantia por:
I - empresa controlada a subsidiária ou controlada sua, nem à prestação de contragarantia nas mesmas condições;		I - empresa controlada, dependente ou não-dependente, às suas controladas ou subsidiárias;
	III – empresa estatal não-dependente a subsidiária, ou a controlada sua proporcionalmente à sua participação, direta ou indireta, no capital social de sociedade na qual venha ter participação acionária;” (NR)	III - empresa controlada, não-dependente, a empresas de cujo capital participe, direta ou indiretamente, de forma minoritária, na proporção de sua participação.” (NR)
Art. 64. A União prestará assistência técnica e cooperação financeira aos Municípios para a modernização das respectivas administrações tributária, financeira, patrimonial e previdenciária, com vistas ao cumprimento das normas desta Lei Complementar.	“Art. 64. A União prestará assistência técnica e cooperação financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para a modernização das respectivas administrações tributária, financeira, patrimonial e previdenciária, bem assim da gestão de programas sociais, com vistas ao cumprimento dos princípios e normas desta Lei Complementar.	“Art. 64. A União prestará assistência técnica e cooperação financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para a modernização das respectivas administrações tributária, financeira, patrimonial e previdenciária, bem como da gestão dos programas e projetos públicos, especialmente nas áreas sociais básicas, com vistas ao cumprimento dos princípios e normas desta Lei Complementar.
§ 2º A cooperação financeira compreenderá a doação de bens e valores, o financiamento por intermédio das instituições financeiras federais e o repasse de recursos oriundos de operações externas.	§ 2º A cooperação financeira compreenderá a doação de bens e valores, o financiamento por intermédio das instituições financeiras federais, o repasse de recursos oriundos de operações externas ou a contratação diretamente pelo ente da Federação de crédito junto a organismo financeiro internacional multilateral com aval da União.	§ 2º A cooperação financeira compreenderá a doação de bens e valores, o financiamento por intermédio das instituições financeiras federais, o repasse de recursos oriundos de operações externas ou a contratação diretamente pelo ente da Federação de crédito junto a organismo financeiro internacional multilateral com aval da União.

Quadro Comparativo entre a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2005, o Projeto de Lei do Senado nº 243, de 2009 e a Emenda nº 2 da Comissão de Assuntos Econômicos (Substitutivo)

3

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000	PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 243, DE 2009	EMENDA Nº 2 – CAE (SUBSTITUTIVO)
	§ 3º Para fins do disposto neste artigo, não serão aplicadas as restrições previstas:	§ 3º Para fins do disposto neste artigo, não serão aplicadas as restrições previstas:
	I- nos arts. 23, § 3º, e 31, § 1º, desta Lei Complementar;	I- nos arts. 23, § 3º, e 31, § 1º, desta Lei Complementar;
	II- no art. 3º, § 5º, alínea b, da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e no art. 8º, II, da Medida Provisória nº 2.185- 35, de 24 de agosto de 2001;	II - no art. 3º, § 5º, alínea b, da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e no art. 8º, II, da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001;
	III- em resoluções do Conselho Monetário Nacional relativas à concessão de crédito pelas instituições financeiras nacionais ao setor público.” (NR)	III - em resoluções do Conselho Monetário Nacional relativas à concessão de crédito pelas instituições financeiras nacionais ao setor público.” (NR)
	Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.	Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.